



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6558 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

O LUGAR DAS DIFERENÇAS NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) NO INTERIOR BAIANO

Mariana Aguiar Manenti - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Thais Teixeira Cardoso - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Sem Agência Financiadora

O LUGAR DAS DIFERENÇAS NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) NO INTERIOR BAIANO

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se a tencionar o lugar das diferenças no âmbito da Política Curricular destinada à formação de profissionais de Psicologia no interior da Bahia. Para tal, daremos destaque ao gênero enquanto categoria considerando os múltiplos discursos que atravessam a sua compreensão e se intersectam com as sexualidades, raça, etnia, geração e outras categorias das diferenças não menos importantes.

Os dados coletados por Lhullier e Roslindo (2013), de que 89% dos registros ativos nos Conselhos Regionais de Psicologia são de mulheres e que, apesar de numerosas, não ocupam e não representam lugares de destaque na categoria, evidencia a importância dos estudos sobre gêneros na formação dessas profissionais. E, para além desses dados, as emergências dos contextos nos quais a Psicologia se consolidou, terão relevância para que se questione de quem e para quem que a Psicologia serve e é necessária.

Sendo Projetos Políticos Pedagógicos os condutores do currículo, serão feitas as análises dos mesmos relativos à formação inicialmente no âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) campus IMS/CAT e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) devido à relativa facilidade de acesso às mesmas enquanto instituições públicas, para, posteriormente, estender às demais

instituições privadas presentes no município no qual está sendo referendado esta pesquisa.

Como embasamento teórico-metodológico usaremos a Teoria do Discurso tendo por base os registros teóricos de Ernesto Laclau que, por meio de um enfoque pós-estruturalista, possibilita-nos pensar o campo da Política Curricular Educacional sob rasura, estabelecendo como campo empírico para a análise, aqui interpretados enquanto textos políticos, a exemplo, os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições supracitadas.

Estes textos políticos possibilitam discutir ações de cunho político produzidas através de determinados sujeitos, num dado contexto, tendo por base, uma agenda (DIAS, 2009), sendo relevante enfatizar que todo texto político é uma tradução o que permite olhar sob rasura qualquer pretensa prescrição curricular (LOPES, 2015, 2018).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA POLÍTICA CURRICULAR DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL

A formação em Psicologia se constituiu historicamente a partir de disputas e acordos consensuais que atenderam às expectativas das elites e tradições conservadoras. De acordo com essas demandas, o Currículo Mínimo, criado em 1962, atuou como um dispositivo que manteve por quatro décadas a inclinação de uma formação concernente aos modelos europeus e norte-americanos de educação (SILVA BATISTA, 2010).

Essa formação permitiu que a (o) profissional em Psicologia atuasse na “solução de problemas de ajustamento” como descreve a Lei nº 4.119/1962 que regulamenta a profissão de Psicóloga no Brasil. Para Coimbra (1995), esses profissionais eram vistos como os “guardiões da ordem”. Ou seja, o compromisso, de acordo com Dimenstein (2000, p 104), estava distante da “produção de conhecimentos na perspectiva de transformação das práticas e ideologias dominantes em nossa sociedade”.

Corroborando com este debate o Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) lançou recentemente, através do Grupo de Trabalho (GT) de Relações de Gênero e Psicologia, o Livro Gênero na Psicologia Transversalidades, que aponta, sob diversas perspectivas, as direções em que a Psicologia tem caminhado conforme os avanços e as manutenções dos discursos hegemônicos que estão em torno das demandas existentes desde o início da formação em Psicologia, e ressalta, principalmente, a importância da categoria gênero e demais diferenças no currículo de formação e no exercício das práticas profissionais (CARVALHO, 2020).

Zanello (2020) enfatiza que a Psicologia ainda é um campo que susceptibiliza a violência e a deslegitima as diferenças ao propor uma prática neutra a partir de epistemologias equivocadas e não condizentes com a realidade social brasileira.

Portanto, tensionaremos, a partir dos textos políticos elencados, os lugares das demandas das diferenças considerando as disputas discursivas que estão em torno da formação em Psicologia.

2.2 POLÍTICA CURRICULAR E TEORIA DO DISCURSO: ALGUMAS REFLEXÕES

A teoria curricular, enquanto um campo político, seria atravessada por articulações contingenciais hegemônicas que buscam fixar determinados sentidos ao currículo (MACEDO, 2016). Interessa-nos compreender esse sentido no âmbito da Política Curricular destinada a formação em Psicologia, entendendo que, o currículo em si é um campo complexo, envolve disputas e negociações que colaboram com o estabelecimento de uma política da diferença legitimando a criação de experiências interculturais no âmbito educacional que possibilita construir identificações de gênero (MACEDO, 2006; 2009).

Por mais que determinadas “normas”, a exemplo dos gêneros e sexualidades, tentem “enquadrar” de certo modo o currículo “formatando-o”, ele sempre escapa, desliza para o inesperado, o imprevisível, o contestado, o desordenado e o desordenamento (PARAÍSO, 2018). Por esta razão defende-se aqui, a proposição de uma teoria curricular que não normatize e prescreva determinados conteúdos curriculares em detrimento de outros, ou, assuma uma determinada política de identidade no âmbito educacional, mas que colabore por desconstruir hegemonias, trabalhe com o imprevisto, com o contingencial, rompendo com as certezas e reconsiderando possibilidades que outrora não foram contempladas (LOPES, 2015). Discursos hegemônicos seriam colocados sob suspeita visando cindir com modelos eurocêtricos, sendo necessário desmistificar, romper, interrogar acerca do seu significado que não está passível de ser capturado, encerrado (TOMÉ, 2018).

A década de noventa foi marcada por rupturas com as tradições de grandes narrativas que se pretendiam universais o que abriu precedente para o surgimento de correntes teóricas de cunho, pós-estruturalista e pós-crítica em um contexto em que os movimentos, demandas e identidades outras (gênero e sexualidade, étnico-raciais, classe, entre outras) escapavam a qualquer tentativa de definição, fundamento ou essência (OLIVEIRA, OLIVEIRA; MESQUITA, 2013). Há uma potência nesses impasses cujas incompatibilidades lógicas possibilitam que novos discursos que se pretendem libertadores surjam no jogo da diferença, logo, a relação entre particularidade e universalidade se dará em um terreno movediço: instável e indecível (LACLAU, 2011).

Por meio de deslocamentos seria possível romper com a lógica dos discursos hegemônicos que tenham a pretensão de essencializar a diferença. Para tal, caberia olhar com desconfiança os discursos teóricos e políticos que reduzam a educação ao mero reconhecimento da diferença (MACEDO, 2013). A luta política deve ser constante na tentativa de diminuir o controle e deixar emergir o sentido de sua exclusão (MACEDO, 2017).

É por meio de articulações hegemônicas que este currículo pode ser “lido”, “interpretado” enquanto um campo discursivo marcado pela indecibilidade abrindo precedente para ser pensado como campo de possibilidades e impossibilidades marcado por discursos singulares. O seu sentido não é totalmente apreensível,

capturado. Há sempre um excesso de sentido que excede e, por esta razão, determinadas enunciações serão passíveis de um fechamento sempre provisório, contingencial. Portanto, a Política Curricular poderia ser entendida como travestida por lutas hegemônicas que tentam fixar determinadas enunciações por meio do preenchimento de significantes que através de sujeitos que ocupam posições variadas articulam-se formando uma cadeia de equivalentes que, por sua vez, associa-se a outras cadeias (LACLAU, 2011; MACEDO; FRANGELLA, 2008).

Um compromisso político estratégico é assumido neste campo demarcado por disputas políticas compreendendo-as por meio do jogo da diferença em que as pretensões normativas que perpassam as diferenças culturais e a vida em sociedade de maneira ampla não devem ser minadas, produzindo novas formas de pensar essa normatividade por meio de coalizões abertas, compreensivas que possibilitem avaliar o mundo em que vivemos, chamando a atenção para a relevância do antagonismo como uma estratégia política potente, dinâmica e produtiva (BUTLER, 2016).

Uma política que se pretenda verdadeiramente democrática apresentará como ponto de partida a diferença e os particularismos através de um caráter universalizante por meio de uma lógica equivalencial hegemônica transitória na qual a sociedade por sua natureza plural e fragmentada, cuja identidade é hibridizada e aberta, possibilite a construção de uma nova política. É importante lembrar que a plenitude nesta sociedade não será atingível porque a identidade dos agentes políticos é um horizonte de possibilidades abertas no qual as diferenças estão dispersas em processos contraditórios de contextualização e recontextualização (LACLAU, 2011).

3 RESULTADOS PARCIAIS

Para efeitos de análise, nesta ocasião, trabalharemos somente com os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Psicologia das instituições UFBA e UESB campus de Vitória da Conquista - Bahia, ficando para análise posterior a resolução nº 5/2011 e o Parecer 1071/2019, ainda em homologação.

O IMS/CAT surgiu do projeto de interiorização da UFBA e de expansão do ensino superior no país. No ano de 2010, foi implantado o curso de psicologia, como parte do projeto REUNI. Apesar, do site da instituição apresentar a informação de que o curso de Psicologia funciona de acordo com as “demandas sociais e educacionais postas pela realidade local e regional”, no mesmo não é possível encontrar o Projeto Político Pedagógico (PPP). O texto é encontrado no site da UFBA campus de Salvador, datado no ano de 2009. Esse projeto pedagógico corresponde às exigências das DCNs para a Graduação em Psicologia do ano de 2004, considerando a reforma universitária promovida na UFBA em 2009 e apresenta a matriz curricular vigente na época.

As competências e habilidades são apresentadas de maneira transversal à matriz curricular e separada por focos. Pesquisamos as palavras gênero, raça, etnia, sexualidade e diferenças, mas encontramos somente o termo diversidade. No foco “A constituição do sujeito: processos de desenvolvimento normal X patológico”, por exemplo, orienta: “Respeitar e valorizar a diversidade humana, evitando quaisquer

tipos de preconceito e discriminação” e nas competências encontramos orientações para que o profissional aprenda a analisar e identificar as dimensões que tornam os sujeitos singulares, buscando compreender a diversidade humana a fim de articular as práticas aos referenciais teóricos e metodológicos e às demandas dos clientes.

O curso de psicologia na UESB surgiu em um momento de ampliação de ofertas de cursos, com a justificativa de haver apenas dois cursos em universidades públicas na Bahia. A escolha pelo campus de Vitória da Conquista BA ocorreu devido a ideia de colaborar com acessibilidade de alunos das regiões sul e sudoeste do Estado, além das cidades de Minas Gerais que fazem divisa com a Bahia. O PPP do curso de psicologia da UESB está anexado junto com o PPC, ambos correspondentes às exigências das DCNs para a Graduação em Psicologia dos anos de 2004 e 2011, apresentando a proposta de Formação de Professor de Psicologia como complemento à formação de Psicóloga.

Pesquisamos nos textos as palavras referentes a gênero, raça, etnia, sexualidade e diferença. E foram encontradas uma disciplina de relações étnico-raciais e educação, questões de gênero e sexualidade em uma justificativa do Laboratório de Psicopatologia e Clínica presente em um anexo, e sexualidade na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento.

As competências esperadas reportam-se ao domínio de conhecimentos e capacidades para utilizá-los em contextos diversos de acordo as demandas dos pacientes e da sociedade, mas nos textos não é destacada a quem que a formação é destinada.

4 CONSIDERAÇÕES

É possível verificar que as diferenças são tratadas de forma bastante pontual no currículo que baliza a formação em Psicologia nas instituições supracitadas. Ao essencializarmos as diferenças estaremos servindo a uma lógica conteudista conformando-as sob uma égide naturalizante. Entretanto, as possibilidades interpretativas destas distintas diferenças não se exaurem no tempo e são fruto de disputas políticas articuladas contingencialmente. Cabe-nos, portanto, vislumbrar uma política curricular que opere com hibridizações identitárias e multiculturais em uma democracia por vir que plaine num horizonte do indecidível no qual as diferenças disputem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CASA CIVIL. Base da Legislação Federal. **Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm>

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, Graciele Mendes de. Psicologia Escolar em perspectiva de gênero: reflexões para uma prática insurgente. In: DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira.; ANDRADE, Darlane Silva Vieira.; SANTOS, Helena Miranda dos. **Gênero na psicologia: transversalidades**. Salvador: CRP03, 2020. Acesso em 05 jul. 2020. Disponível em <<https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CRP03-Livro-G%C3%AAnero-na-Psicologia-Transversalidades-29-jun-2020-Digital.pdf>>

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"**. Oficina do Autor, 1995.

DIAS, Rosanne Evangelista. **Ciclo de políticas curriculares na formação de professores no Brasil (1996-2006)**. 2009. 248f. Tese (Doutorado em Educação). UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 5, n. 1, p. 95-121, Junho 2000. Disponível em .

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Do silêncio e seus sons: “diferenças” na Base Nacional Comum Curricular. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A.R. de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE, CAT. UFBA. Disponível em: <<http://www.ims.ufba.br/ensino/graduacao/psicologia>> Acesso em: 10 jul. 2020.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LHULLIER, Louise A.; ROSLINDO, Jéssica J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, Louise A. (org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: CFP, 2013. p.19-52.

MACEDO, Elizabeth. **Por uma política da diferença**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, v. 36, n.128, mai/ago. 2016, p.327-356, 2006. Disponível em . Acesso em 10 jul. 2020.

MACEDO, Elizabeth; FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Como nossas pesquisas concebem a prática e com ela dialogam? In: MACEDO, Elizabeth; MACEDO, Roberto Sidnei; AMORIM, Antônio Carlos. **Como nossas pesquisas concebem a prática e com ela dialogam?** Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2008.

MACEDO, Elizabeth. **Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o caso dos PCN**. Educação & Sociedade. v.106, p.23-43, 2009. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a05.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2020.

MACEDO, Elizabeth. **Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 147, p. 716-737, Dec. 2013. Disponível em . Acesso em 10 jul. 2020.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si**. Educação em Revista, v. 32, n. 2, p. 45-68, 2016. Disponível em:< <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/macedo.pdf>> Acesso em: 05 jul 2020.

MACEDO, Elizabeth. **As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr. Jun., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>> Acesso em: 05 jul 2020.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em educação**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, dez. 2013. Disponível em . Acesso em: 25 dez. 2019.

PARÁISO, Marlucy Alves. Currículo, gênero e heterotopias em tempos do *slogan* “ideologia de gênero”. LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A.R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

SILVA BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 30, n. spe, p. 170-191, dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932010000500008&lng=p&nrm=iso

TOMÉ, Claudia. Tudo é possível ali: afirmar o nome no jogo, gramaticar currículo. In: TOMÉ, Claudia; MACEDO, Elizabeth. **Currículo e diferença: afetações em movimento**. Editora CRV: Curitiba, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do curso de graduação em Psicologia**. Vitória da Conquista, BA: 2009. Disponível em: <<http://catalogo.uesb.br/storage/documentos/psicologia-bac-vc/projeto.pdf>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do curso de Psicologia**. Disponível em: <https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/projeto_pedagogico_do_curso_de_psicologia> Acesso em: 10 jul. 2020.

ZANELLO, Valeska. Prefácio. In: DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira.; ANDRADE, Darlane Silva Vieira.; SANTOS, Helena Miranda dos. **Gênero na psicologia: transversalidades**. Salvador: CRP03, 2020. Acesso em 05 jul. 2020. Disponível em <<https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CRP03-Livro-G%C3%AAnero-na-Psicologia-Transversalidades-29-jun-2020-Digital.pdf>>

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Políticas Curriculares; Diferenças; Gênero; Teoria do discurso